



IX CAM

9º Congresso de Archivología del Mercosur

SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Relato del rescate del patrimonio documental en situación de
catástrofe.

Sonia Troitiño (UNESP/MARÍLIA),
smtr@marilia.unesp.br

Maria Leandra Bizello (UNESP/MARÍLIA)
mleandra23@marilia.unesp.br

Solange de Souza (UNESP/ CEDEM)
ssouza@cedem.unesp.br

Marília, 15 de setembro 2011

Resumen

A principios del 2010 la histórica ciudad de São Luiz do Paraitinga, ubicada en el Valle del Paraíba, São Paulo, sufrió una gran inundación que la devastó. Aproximadamente nueve mil habitantes de los cerca de once mil del municipio fueron retirados a toda prisa de sus casas debido al impacto de las inundaciones. Casi todo estaba perdido: edificios públicos, viviendas y monumentos históricos, construcciones clasificadas como bienes culturales por las agencias de patrimonio fueron arrastrados por las aguas, perdiéndose no tan sólo parte de la arquitectura, sino también lo que había en su interior – incluyendo una gran parte del patrimonio documental de la ciudad. Documentos oficiales que fueron sumergidos sufrieron daños irreparables, mientras que otros, a pesar de los daños físicos y de la pérdida del contexto archivístico, fueron salvados de la total destrucción. Actualmente muchos son los que trabajan en la recuperación de São Luiz do Paraitinga, incluyendo un grupo de profesores y alumnos del curso de Archivología de la *Universidade Estadual Paulista* (UNESP), en colaboración con el *Centro de Documentação e Memória da Unesp* (CEDEM), tomando parte del Programa UNESP para o *Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga*. Entre sus principales actividades, el grupo trabajó en el traslado físico, identificación, clasificación, separación, limpieza y embalaje del acervo perteneciente al municipio. Tenemos aquí la intención de hacer un breve informe sobre esa experiencia y el análisis de las actividades desde el punto de vista de la formación profesional, ya que permitió que estudiantes de archivología se pusiesen en contacto con situaciones extremadas, aplicando y ampliando los conocimientos teóricos y técnicos asimilados de las diferentes disciplinas del curso, mientras que al mismo tiempo desarrollaban responsabilidad social frente a la dura realidad de los archivos. Por lo tanto, tenemos la intención de analizar el impacto social y la importancia de esta acción para la administración pública y la preservación de la Memoria.



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

1. Introdução

Pretendemos na presente comunicação relatar as medidas de resgate do patrimônio documental adotadas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) diante da catástrofe ambiental sofrida pela cidade histórica brasileira de São Luis do Paraitinga. As festividades de passagem de ano entre 2009 e 2010 foram marcadas por intensas chuvas que causaram grandes perdas em inúmeras cidades brasileiras. Entre estas cidades, uma das mais afetadas foi São Luis do Paraitinga que ficou durante dias submersa, tendo que ser esvaziada quase em sua totalidade. Construções históricas erguidas em taipa de pilão não resistiram e se desfizeram, destruindo não só a arquitetura da cidade, mas também outras representações do patrimônio municipal reconhecidamente de importância nacional. Entre as manifestações afetadas, o patrimônio documental, aqui nosso foco de análise, sofreu sérios danos entre perdas materiais e contextuais, gerando graves consequências não só para a gestão administrativa da cidade, mas também para a preservação da memória e identidade local.

Diante das necessidades emergenciais, a UNESP implantou um programa de auxílio denominado *Programa UNESP para o Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga*, promovendo uma seqüência de atividades em prol da recuperação dos aspectos físicos e humanos após a cidade ser devastada. Entre as frentes implantadas, formou-se um grupo composto por professores e alunos do curso de Arquivologia da universidade, atuando em parceria com o Centro de Documentação e Memória da UNESP

(CEDEM), órgão responsável pelo trabalho denominado “Memorial da Reconstrução”. A intenção desse esforço conjunto visava recuperar a documentação atingida pela catástrofe e que, apesar de não haver sido completamente destruída, apresentava sérios danos tanto do ponto de vista físico do suporte, quanto de sua integridade arquivística. Evidentemente que o patrimônio documental sofreu irreparáveis perdas, contudo a ação desenvolvida por esta equipe procurou minimizar tanto o quanto possível o impacto do desastre, através do resgate, higienização, identificação e reacondicionamento do acervo salvo.

2. Histórico de São Luiz do Paraitinga

São Luis do Paraitinga é um dos mais antigos municípios do estado de São Paulo. Criado como povoado em maio de 1769, durante o governo do capitão-general Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, sob a denominação de São Luis e Santo Antonio do Paraitinga, fazia parte do projeto de governo para a ocupação do sertão, sua militarização e regularização da arrecadação de rendas, sendo em 1773 elevado ao status de vila e em 2002, por meio da Lei Estadual nº 11.197 de 5 de julho, São Luís é transformada em estância turística, o que veio a incrementar a atual política de incentivo a indústria turística local.

O que caracteriza São Luis do Paraitinga, assim como todas as vilas erigidas durante o governo do Morgado de Mateus, é o fato de possuir uma estrutura urbana planejada sob forte influência de concepções iluministas (TRINDADE e SAIA, 1977). O casario que resistiu à ação do tempo e do homem, ainda mantém impregnada em suas paredes



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

uma importante carga simbólica, num jogo alternado de significações e resignificações. Sendo assim, compartilhamos da opinião de José Honório Rodrigues (1969, p.125) quando afirma ser “*exato que a defesa documental está sempre em relação direta com o amadurecimento da consciência histórica*”, considerando que a história se constrói com base na interpretação crítica do conjunto de fragmentos articulados.

Em 1982, após um longo período de discussões, a cidade foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), sendo entendida como monumento estadual por concentrar importantes manifestações populares e patrimoniais. Este foi um tombamento que privilegiou o aspecto arquitetônico sem considerar outras formas de manifestações culturais, como as presentes nos arquivos.

Vale aqui lembrar que no Brasil os arquivos sempre estiveram à margem das políticas de proteção ao patrimônio, voltadas essencialmente para as edificações, obras artísticas, logradouros e peças museológicas. Relacionar a documentação arquivística ao corpus dos bens patrimoniais é uma prática ainda pouco adotada nas políticas de cultura até hoje formuladas, mas capaz de evidenciar manifestações sócio-culturais presentes nos documentos.

Desde meados dos anos 1970 o Instituto Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, vinha desenvolvendo pesquisas, levantamento histórico e mapeamento do patrimônio de São Luiz do Paraitinga a fim de também efetuar o tombamento da cidade, trabalho este que se estendeu até final de 2009, quando o relatório com a recomendação para tombamento foi

finalizado e aguardava deliberação. Apesar desse estudo global, para fins de tombamento, haver sido concluído apenas no final de 2009, alguns imóveis já haviam sido tombados de forma isolada. Igualmente, devido a uma ação do IPHAN em relação à classificação e preservação de parte do patrimônio documental do município já havia ocorrido nos anos 1970 e 1980.

3. Signos do patrimônio documental

No começo dos anos 1980, a 9ª Superintendência Regional São Paulo do IPHAN identificou os acervos documentais da cidade armazenados em estado precário e já em processo de deterioração, em decorrência determinou, através de uma ação de intervenção, que boa parte do acervo considerado “histórico” da cidade fosse depositado no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH/USP). Diante desta situação, estabeleceu-se uma parceria entre o IPHAN e CAPH para a recolha, identificação e reprodução desse material. Inicialmente essa massa documental foi depositada no próprio CAPH e posteriormente, em 1986, transferida por meio de doação¹, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde atualmente se encontra aberta para consulta pública.

Esse acervo foi recolhido no Museu Oswaldo Cruz e nos Cartórios do 1º e

¹ Apenas gostaríamos neste momento de fazer menção sobre a pertinência da dita “doação”, posto o fato da retirada desse acervo haver ocorrido em forma de depósito legal, de acordo com o processo civil transcorrido. No entanto, no ofício encaminhado junto a documentação há a seguinte passagem “Vimos, respeitosamente, consultar V. As. Sobre a possibilidade de ser enviado, como doação, uma série de documentos relativos a São Luis do Paraitinga, o qual, esperamos, virá a enriquecer o acervo desse respeitável Arquivo.” Fundo AESP, série correspondência, ofício CAPH 75/86, de 2/10/1986. s/nº de ordem.



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

2º Ofício de Notas de São Luis do Paraitinga e compreende o período de 1643 a 1976. O conjunto documental referido é bastante diversificado, dando um amplo panorama da história do município. Podem ser encontrados nesse fundo, documentos provenientes de vários segmentos: vereança, fazenda, justiça eleitoral, justiça criminal, religião, saúde, posturas municipais, corporações musicais, entre outros.

A consequência dessa intervenção sobre o patrimônio documental da cidade foi a retirada de considerável parcela da documentação mais antiga do município. Entre a variedade de documentos retirados da cidade, podemos citar: livros de atas da Câmara Municipal, de autos de arrematação e contratos, autos de contas, livros de alinhamentos, datas de terras, registros de autos de meações, alistamentos de eleitores, instruções para eleições presidenciais de 1898, registros de óbitos e sepultamentos, cartas de naturalização de estrangeiros, legislação dos níveis municipal, provincial e imperial, além de uma edição datada de 1643 das Ordenações Filipinas. Ainda podem ser encontrados orçamentos, despesas e rendas, documentação sobre a instrução pública, habitação e cobrança de impostos, sobre as festas populares e folclore do Instituto Cultural Luisense, plantas do projeto da construção do lazareto e partituras manuscritas do início do século XX. Há também um conjunto de fotografias que retratam São Luis do Paraitinga desde final do séc. XIX até meados do XX (AESP, 2002).

Contudo, apesar dessa intervenção, outra parte significativa do acervo documental foi mantida. Em São Luiz do Paraitinga, os arquivos do fórum de justiça e da prefeitura ainda mantêm

na cidade um importante conjunto de documentos a serviço da população para fins jurídicos ou administrativos, assim como para fins de preservação da memória e da história.

Um aspecto fundamental não pode ser esquecido: a documentação arquivística é o testemunho da vida da instituição, como repositório de seus conhecimentos e experiências, indispensáveis à continuidade das ações ou mesmo de alterações necessárias. Portanto, a implantação de um processo de gestão documental, como a que foi demandada por São Luiz do Paraitinga, está associada à gestão de informações e à preservação do patrimônio histórico-documental.

Graças ao reconhecimento dessa necessidade, em 2003, é criado o Arquivo Municipal de São Luiz do Paraitinga, por meio da Lei Municipal nº 1108 de 03 de novembro, com as seguintes atribuições:

- I – garantir acesso às informações contidas nos documentos sob sua guarda, observadas as restrições regimentais, na fase intermediária, e de forma ampla, na fase permanente;
- II – custodiar os documentos da Prefeitura de valor temporário e permanente acumulados pelos órgãos da Prefeitura no exercício de suas funções, dando-lhes tratamento técnico;
- III – estender a custódia aos documentos de origem privada considerados de interesse público municipal, sempre que houver conveniência e oportunidade;
- IV – estabelecer diretrizes e normas, articulando e orientando tecnicamente as unidades que desenvolvem atividades de protocolo e arquivo corrente no



IX CAM

9º Congresso de Archivología del Mercosur

âmbito do Poder Executivo Municipal.

problemas do ponto de vista legal para comprovação de obrigações e direitos.

No entanto, desde sua criação, o Arquivo do Município não exerceu sua missão com relação à preservação do patrimônio histórico cultural de São Luiz do Paraitinga. A possibilidade de efetivação do arquivo municipal tornou-se fundamental para a organização, guarda e disponibilização de informações documentais que constituem parte expressiva da memória do município e permite a construção de conhecimento sobre ele, em especial o conhecimento histórico, segundo o já previsto em sua lei de criação, o Arquivo de São Luiz do Paraitinga poderia também custodiar arquivos particulares, coleções fotográficas e realizar pesquisas em outros municípios visando referenciar a documentação do município dispersa em outros arquivos.

Não necessariamente, a institucionalização do cuidar do patrimônio garante sua preservação. Como já mencionado anteriormente, os estudos para o processo de tombamento da cidade, se estenderam até o final de 2009. Em nível estadual, o órgão responsável pela classificação do patrimônio já o havia feito quase três décadas antes, da mesma forma isto já havia ocorrido em âmbito municipal.

No intervalo de tempo imediatamente anterior a concretização do tombamento de São Luiz do Paraitinga como monumento nacional, uma grande enchente devastou a cidade. Os arquivos do fórum, dos diferentes cartórios, da prefeitura e outros públicos e privados, perderam-se em meio às águas e pouco pode ser resgatado. Diversas pessoas ficaram sem todos os seus documentos pessoais, causando enormes

3. Ação social universitária

A catástrofe que atingiu a São Luiz mobilizou uma série de recursos financeiros estaduais e outros recursos humanos. Estudantes e professores de diversos cursos de diferentes áreas do conhecimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP movimentaram-se em torno de diferentes projetos – todos, no entanto, objetivando tirar a cidade e seus habitantes da situação catastrófica na qual se encontravam após as fortes e intensas chuvas do início do ano de 2010.

Estudantes e professores dos cursos de arquitetura, psicologia, administração, arquivologia, etc. iniciaram várias ações no sentido de recuperar bens materiais, imateriais e a autoestima da população traumatizada pelo evento natural.

Os alunos de Arquivologia foram mobilizados desde o mês de setembro quando uma equipe de 10 alunos dedicaram-se à transcrição de uma série de entrevistas realizadas pelas historiógrafas do Cedem com funcionários(as) da administração municipal. Tais entrevistas faziam parte de um diagnóstico referente à produção documental municipal. Era, pois necessário conhecer através dos produtores de documentos como a documentação estava antes da catástrofe e como era a administração municipal, uma vez que quase tudo referente a ela havia se perdido.

As entrevistas realizadas com os vários gestores municipais revelaram demandas cuja tônica foi exatamente a necessidade de implantar no município um sistema de gestão para



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

seus arquivos. Vivenciando uma situação-limite, como aquela a que foi submetida a população de São Luiz do Paraitinga, os gestores municipais puderam identificar, com clareza e lucidez, a importância da realização dessa tarefa, entendendo que os arquivos, além de essenciais para a gestão da informação e do conhecimento, são fontes de referência para o avanço do desenvolvimento social e econômico, bem como de elementos que dão suporte à consolidação e à perpetuação da identidade cultural.

Após essa ação, foi organizado outro grupo de 10 alunos para o trabalho de maior impacto no campo, isto é, o trabalho de recuperação dos documentos que não haviam sido atingidos pela enchente ou pouco danificados pela água e pela lama. Em um período de 10 dias – de 07 a 17 de fevereiro de 2011 – esse grupo de alunos vivenciou a experiência de retirar um conjunto documental desse estado de urgência.

O trabalho consistiu inicialmente na retirada das caixas com os documentos de um lugar precário e provisório – sala do Conselho Tutelar – para outro em melhores condições – antiga Câmara Municipal. O edifício da Câmara com dois andares permitiu a adaptação, na parte inferior, um grande salão, de mesas para o trabalho de limpeza e novo acondicionamento dos documentos. Na parte superior os documentos foram guardados em estantes de aço comuns. A administração municipal fez uma pequena reforma no telhado e colocou forro novo.

Com a orientação das professoras do curso de Arquivologia e das historiógrafas do Cedem, os alunos empreenderam a etapa de limpeza de documento por documentos, em um

trabalho delicado e de muita atenção. Após a limpeza, o documento era acondicionado em uma nova caixa com identificação inicial. Na medida em que a limpeza documental avançava, alguns alunos iniciaram o trabalho de identificação de documentos para constituição de séries.

Apesar de haver desse acervo, antes da enchente, haver sido previamente avaliado e definido seu descarte – e justamente por isso essa documentação encontrava-se fisicamente separada dos demais documentos do município possuindo, inclusive, listagem – após a inundação parte dos rótulos identificadores foi perdida, assim como a ordenação, gerando uma massa documental disforme a ser identificada.

Após esse trabalho minucioso, as caixas receberam novas etiquetas com as identificações definitivas e foram alocadas no andar superior nas estantes de aço.

4. Vivência documental

A experiência dos alunos do curso de Arquivologia no resgate e recuperação dos documentos da administração municipal de São Luis do Paraitinga foi muito importante como complementação para a formação de maneira geral. Para os alunos, a possibilidade de estar a campo e principalmente em condições tão adversas como as que se apresentaram em São Luis superou as expectativas em relação as práticas profissionais possíveis.

Os estágios, obrigatórios ou extracurriculares, sempre são bem vindos, no entanto, ter o profissional arquivista ou um profissional que domine os conceitos e práticas



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

arquivísticas, para supervisionar o estagiário, não é algo fácil de encontrar.

Para além do trabalho diário de oito horas, os alunos experinciaram e vivenciaram o trabalho em equipe. Durante 10 dias viveram juntos intensamente: compartilharam da mesma casa e dos mesmos objetos. Antes, encontravam-se apenas em sala de aula e ao final da manhã ou da tarde voltavam para suas casas. Nesses dias, em pleno período de férias, viveram longe de suas famílias, relacionando-se com colegas de diferentes anos do curso. Amizades se solidificaram ou foram estabelecidas, assim como os afastamentos também existiram.

O contato com uma situação extrema levou os alunos a se interessarem também em conhecer como a população local estava lidando com o trauma depois de mais de um ano da catástrofe. O trabalho com o acervo documental municipal não se restringiu à tecnicidade, mas implicou em conhecer a partir dele a realidade na qual eles estavam inseridos mesmo que brevemente. O resgate documental ultrapassou a questão pedagógica proposta nos estágios, levou-os à reflexão e dela para a ação.

5. Considerações finais

Durante 10 dias, foram realizadas as atividades de higienização, identificação e acondicionamento de aproximadamente 1000 caixas-arquivo – caixas essas que atualmente compõem o acervo do Arquivo Municipal, posto que o restante da documentação oriunda das atividades administrativas municipais perdeu-se na inundação.

Grande parte do acervo tratado diz respeito à documentação proveniente da contabilidade, fazendo referência as diversas receitas e despesas dos vários órgãos que compõem a prefeitura de São Luis do Paraitinga, como também a outros que mantinham relação íntima com a administração. Esse acervo, já anteriormente avaliado e encaminhado para descarte, diante da atual situação documental da cidade, deve ter sua destinação reconsiderada pelo fato de conter registradas informações que atualmente não são mais encontradas em outros documentos. Entre, os documentos com essas características, citaremos como exemplo os processos de pagamento, em especial fazemos menção aqui às folhas de pagamento de funcionários. Diante da ausência de outros documentos que comprovem as atividades individuais para fins previdenciários, esses registros poderão ser utilizados para comprovar tempo de serviço dos contribuintes no momento de sua aposentadoria.

É impossível mensurar, neste momento, o impacto para a sociedade da perda dessa documentação. Contudo, é válido todo o esforço para recuperar o maior número possível de documentos que, apesar de não cobrirem a ausência do que se perdeu, ainda guardam informações vitais para a gestão do município e para a memória social.

6. Referencias bibliográficas

- AESP. Guia do Arquivo do Estado de São Paulo. SP: IMESP, 2004
ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. SP: Brasiliense, 1984.
CAMARGO, Célia Reis. **À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a**



IX CAM

9º Congreso de Archivología del Mercosur

rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Tese de doutoramento em história pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Assis, 1999.

CAMARGO, Haroldo L. **Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia.**

Site: www.historiaehistoria.com.br, acessado em 29/05/2006.

CHAGAS, Mário. *Cultura, Patrimônio e Memória*. In: **Integrar, 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos**. SP: IMESP, 2002. pp.135-150.

FAVIER, Jean. **Arquivos, memória da humanidade. Arquivo & Administração**. RJ: Associação dos Arquivistas Brasileiros, jan-abr/1979. v.7(1). pp. 5-7.

FUNARI, Pedro Paulo. *Patrimônio e diversidade: o que você quer preservar*. **Jornal da Unicamp**. Campinas: 2005.

www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2005/ju310pag02.html, acessado em 10/05/2006.

JARDIM, José Maria. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. IN: **Ciência da Informação**. v. 25, n. 2, 1995.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental: territórios, práticas e desafios**. Guimarães (Portugal): Núcleo de Estudos de População e Sociedade/Universidade do Minho, 2002 (Cadernos NEPS, 4).

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. SP: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. **O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luís do Paraitinga/SP**. Campinas: Instituto de Geociência/Unicamp. Dissertação de mestrado em geografia, 2006.

SÃO PAULO (cidade). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. SP: DPH/SMC, 1992.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. SP: Cia Editora Nacional, 1969.

TRINDADE, Jaelson Bitran e SAIA, Luis. **São Luis do Paraitinga**. SP: CONDEPHAAT, 1977. nº2. pp. 10